

Juventude Rural e Sucessão Familiar: Dilemas entre Permanecer e Migrar por Mudanças de Vida

Alan Alves Coutinho

Mestre pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais

Mílvio da Silva Ribeiro

Doutor em Geografia pelo Programa Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA)

Resumo: Atualmente, as famílias rurais apresentam número reduzido de filhos, o que suscita a seguinte questão: onde estão os jovens? Trata-se de uma questão complexa, relacionada ao êxodo rural juvenil, pois influencia fortemente nos processos sucessórios rurais, contribuindo para a formação de espaços rurais cada vez mais envelhecidos e às vezes masculinizado. Dessa forma, torna-se importante investigar esse enfraquecimento da permanência no meio rural, isto é, as causas e consequências da falta de permanência de jovens filhos nos mais diferentes espaços rurais brasileiros. Para tanto, buscando identificar processos que levam a esta lacuna. E como ferramentas metodológicas, utiliza-se o embasamento teórico da realidade textual e da convivência, contudo, observada com a experiência de vida de dezenas de jovens filhos nas proximidades e no próprio rural. Assim, analisando dados e resultados qualitativos de outros estudos, cujos resultados apontam para a dificuldade dos jovens em projetar seu futuro em lugares por eles considerados muito penosos, sem atrativos e fora da realidade que querem. Que a decisão de deixar o rural da continuidade familiar pode ser multifatorial, perpassando pela busca de autonomia financeira, conflitos e precariedades locais. Observa-se que a resistência dos patriarcas em delegar espaço, também pode ser barreiras que empurra a outros modos de vida. Todavia, poucos estimulados, marcado pela falta de políticas públicas de incentivo à permanência, oportunidades de formação educacional, saem por buscá-las, se envolvendo a novas organizações, qualificações, gratificações, modos de vida e trabalho urbanizado, contudo, reproduzindo novos modos de permanências e resistência.

Palavras-chave: Autonomia Juvenil. Escolarização. Trabalho Rural. Êxodo Rural. Sucessão Familiar.



Recebido em: setembro. 2025. Aceito em: dezembro. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2026.780

Ciência e Tempo Histórico: Tramas do Agora

Janeiro, 2026, v. 3, n. 34

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Sucesión juvenil y familiar rural: Dilemas entre quedarse y migrar para cambiar la vida

Resumen: Actualmente, las familias rurales tienen un pequeño número de hijos, lo que plantea la siguiente pregunta: ¿dónde están los jóvenes? Se trata de un tema complejo, relacionado con el éxodo rural de los jóvenes, ya que influye fuertemente en los procesos de sucesión rural, contribuyendo a la formación de espacios rurales cada vez más envejecidos y a veces masculinos. Por tanto, es importante investigar este debilitamiento de la permanencia en las zonas rurales, es decir, las causas y consecuencias de la falta de permanencia de los niños pequeños en los espacios rurales brasileños más diferentes. Para ello, buscan identificar los procesos que conducen a esta brecha. Y como herramientas metodológicas, se utiliza la base teórica de la realidad textual y la convivencia, observada con la experiencia vital de decenas de niños pequeños en las cercanías y en el propio campo. Así, analizar datos y resultados cualitativos de otros estudios, cuyos resultados apuntan a la dificultad de los jóvenes para proyectar su futuro en lugares que consideran demasiado dolorosos, poco atractivos y fuera de la realidad que desean. Que la decisión de abandonar el rural de la continuidad familiar puede ser multifactorial, impregnando la búsqueda de autonomía financiera, los conflictos y la precariedad local. Se observa que la resistencia de los patriarcas a delegar el espacio también puede ser una barrera que empuja otras formas de vida. Sin embargo, pocos lo estimularon, marcados por la falta de políticas públicas que fomentaran la permanencia, oportunidades de formación educativa, permiso para buscarlas, involucrarse en nuevas organizaciones, cualificaciones, gratificaciones, formas de vida y trabajo urbanizado, aunque reproduciendo nuevos modos de permanencia y resistencia.

Palabras clave: Autonomía juvenil. Educación. Trabajo rural. Éxodo rural. Sucesión familiar.

Rural Youth and Family Succession: Dilemmas Between Staying and Migrating Through Life Changes

Abstract: Currently, rural families have a reduced number of children, which raises the following question: where are the young people? This is a complex issue related to rural youth outmigration, as it strongly affects rural succession processes, contributing to the formation of increasingly aging and, at times, masculinized rural spaces. In this sense, it is important to investigate this weakening of youth permanence in rural areas, that is, the causes and consequences of the absence of young sons and daughters in different rural contexts across Brazil. To this end, the study seeks to identify the processes that lead to this gap. As methodological tools, it draws on a theoretical foundation grounded in textual analysis and lived experience, informed by the life trajectories of dozens of young people living in and around rural areas. Thus, by analyzing qualitative data and findings from other studies, the results indicate that young people face difficulties in envisioning their future in places they perceive as highly burdensome, unattractive, and disconnected from the life they aspire to have. The decision to leave the rural environment and abandon family continuity may be multifactorial, involving the search for financial autonomy, local conflicts, and structural precariousness. It is also observed that the resistance of patriarchal figures to sharing space and decision-making can become a barrier that pushes young people toward other ways of life. Moreover, with limited encouragement, scarce public policies aimed at fostering permanence, and insufficient educational opportunities, many leave in search of these possibilities, becoming involved in new organizations, qualifications, rewards, urbanized ways of life, and forms of work, while also reproducing new forms of permanence and resistance.

Keywords: Youth autonomy. Schooling. Rural labor. Rural exodus. Family succession.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o meio rural brasileiro tem passado por transformações profundas, relacionadas à modernização produtiva, à reorganização das relações de trabalho, à ampliação dos fluxos entre campo e cidade e à redefinição das expectativas sociais das novas gerações. Tais mudanças não ocorrem de forma homogênea, pois coexistem, no espaço rural, processos de modernização técnica, permanências estruturais, desigualdades históricas e diferentes condições de acesso à renda, à educação, aos serviços públicos e às oportunidades de inserção profissional.

Nesse cenário, a experiência juvenil no campo torna-se atravessada por tensões específicas, uma vez que os jovens são chamados a elaborar seus projetos de vida em meio a condicionantes que articulam herança familiar, aspirações de autonomia, exigências de qualificação e novos repertórios de reconhecimento social.

Conforme apontam Puntel, Paiva e Ramos (2011), o êxodo de jovens do meio rural para os espaços urbanos constitui um fenômeno revelador das percepções, expectativas e tensões que marcam a juventude rural contemporânea. Mais do que um simples deslocamento geográfico, esse movimento expressa modos de avaliar a realidade do campo e de interpretar os limites e possibilidades de permanência, realização pessoal e construção do futuro nos contextos de origem.

Sob essa perspectiva, a migração juvenil rural não pode ser entendida apenas como escolha individual, mas como processo socialmente produzido, inscrito em condições objetivas e subjetivas que influenciam as decisões dos jovens e de suas famílias.

No âmbito da agricultura familiar, essa problemática adquire especial relevância. A continuidade das atividades produtivas, que em períodos anteriores parecia vinculada de modo mais direto à sucessão geracional, passa a ser tensionada por novas exigências econômicas, educacionais e socioculturais.

A permanência dos jovens no campo já não se apresenta como destino natural ou linear, mas como possibilidade condicionada por fatores como acesso

à terra, renda, participação nas decisões familiares, reconhecimento do trabalho agrícola, escolarização, infraestrutura e perspectivas concretas de qualidade de vida. Assim, a não permanência juvenil fragiliza a sucessão rural, compromete a reprodução social das unidades familiares e intensifica tendências como envelhecimento populacional e masculinização de determinados territórios, como assinalam Abramovay e Camarano (1999).

É nesse contexto que se insere o problema central deste artigo: de que maneira as transformações contemporâneas do meio rural, especialmente no campo da educação, do trabalho, da sucessão familiar e das expectativas de autonomia, influenciam a decisão de jovens filhos de produtores rurais de permanecer ou migrar? Tal questão se desdobra em outras indagações correlatas: quais fatores tornam o campo um espaço menos atrativo para parte da juventude? Em que medida a escolarização e a busca por qualificação profissional reforçam projetos de saída ou, ao contrário, podem sustentar formas renovadas de permanência? Como as relações familiares, as condições materiais de vida e as cobranças sociais interferem na construção dos projetos juvenis?

A relevância desta discussão reside no fato de que a migração juvenil rural não envolve apenas deslocamentos demográficos, mas repercute diretamente sobre a sustentabilidade social, econômica e cultural do meio rural.

Discutir a permanência ou a saída dos jovens significa, portanto, refletir sobre os limites e possibilidades da agricultura familiar, sobre os desafios da sucessão geracional e sobre as condições concretas de reprodução da vida no campo na contemporaneidade. Além disso, o tema se justifica por sua atualidade, uma vez que as transformações no rural brasileiro exigem análises que superem explicações simplistas e considerem a juventude como sujeito social capaz de interpretar, negociar e redefinir seu lugar entre tradições herdadas e novos horizontes de vida.

Do ponto de vista teórico e conceitual, o texto se apoia em contribuições que permitem compreender a experiência juvenil contemporânea em articulação com as mudanças mais amplas do mundo social. Em Sennett (2009), Bauman (2001) e Pais (2005), encontram-se elementos importantes para pensar a

instabilidade das trajetórias, a flexibilização dos vínculos e a ampliação das incertezas que marcam a vida dos jovens na contemporaneidade.

No campo dos estudos rurais, o debate dialoga com autores que problematizam juventude rural, agricultura familiar, sucessão geracional, migração, pertencimento e relações campo-cidade, a exemplo de Abramovay e Camarano (1999), Wanderley (2007), Carneiro (2007; 2011), Durston (1996; 1997), Silvestro et al. (2001), Spanevello (2008), Costa (2006), Jurado e Tobasura (2012) e Savian (2014). Esses referenciais permitem compreender que a decisão de permanecer ou sair do campo decorre de múltiplas determinações e não pode ser reduzida nem a uma recusa da ruralidade, nem a uma simples atração pelo urbano.

Com base nesse quadro, o objetivo geral deste artigo é analisar os fatores que influenciam os processos de permanência e migração de jovens do meio rural, com ênfase nas relações entre educação, trabalho, autonomia, sucessão familiar e expectativas de futuro.

Como objetivos específicos, busca-se: a) discutir as transformações contemporâneas que reconfiguram as condições de vida e trabalho no campo; b) examinar o papel da escolarização e da escolha profissional na elaboração dos projetos de vida juvenis; c) refletir sobre a influência das relações familiares, das precariedades estruturais e das cobranças sociais na decisão de permanecer ou sair; e d) problematizar os impactos desses processos sobre a continuidade da agricultura familiar e sobre a reprodução social do meio rural.

No plano metodológico, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, orientada pela análise crítico-interpretativa da literatura sobre juventude rural, êxodo juvenil, sucessão familiar, educação e contemporaneidade.

O corpus analítico é composto por obras acadêmicas e por material documental pertinente ao tema, incluindo a entrevista publicada por Pitella (2018) no Portal da Câmara dos Deputados, utilizada como apoio para a reflexão sobre aspirações juvenis, dificuldades de permanência e percepções institucionais acerca do tema. O procedimento adotado consistiu no levantamento, seleção e articulação de referenciais teóricos e analíticos capazes de sustentar uma interpretação abrangente do fenômeno, sem pretensão

estatística, mas com ênfase na compreensão dos sentidos sociais envolvidos na decisão de permanecer ou migrar.

Assim, este artigo parte do entendimento de que a migração juvenil rural expressa tanto as desigualdades estruturais ainda presentes no campo quanto as novas configurações do viver juvenil em uma sociedade marcada por intensas transformações econômicas, culturais e educacionais.

Ao discutir essas dinâmicas, busca-se contribuir para a compreensão crítica dos desafios que tensionam a continuidade geracional no meio rural brasileiro e para o debate sobre as condições necessárias para que o campo possa se afirmar, também para os jovens, como espaço legítimo de vida, trabalho e futuro.

DETERMINANTES CONTEMPORÂNEOS DA PERMANÊNCIA JUVENIL NO CAMPO: EDUCAÇÃO E ESCOLHA PROFISSIONAL

A contemporaneidade tem sido marcada por intensas transformações econômicas, sociais e culturais que alteram os modos de vida, os vínculos sociais e os horizontes de expectativa das juventudes. Em autores como Sennett (2009), Bauman (2001) e Pais (2005), esse contexto aparece associado à instabilidade, à flexibilização das trajetórias e à fragilização das referências duráveis que, em períodos anteriores, organizavam com maior nitidez os percursos de inserção social e profissional.

No caso da juventude rural, tais mudanças assumem contornos ainda mais complexos, pois se articulam às desigualdades históricas entre campo e cidade e às formas desiguais de acesso a bens, serviços, escolarização e oportunidades de trabalho.

Nesse cenário, a juventude rural não pode ser compreendida a partir de uma visão homogênea ou estática. Como mostram os estudos sobre jovens e juventudes em contextos rurais, trata-se de um grupo social heterogêneo, atravessado por diferenças de gênero, geração, território, classe, escolaridade e inserção produtiva.

A literatura brasileira recente tem insistido que a condição juvenil no campo é produzida na intersecção entre tradições familiares, dinâmicas

produtivas locais, acesso à escolarização e circulação de valores urbanos, o que torna insuficiente qualquer interpretação que reduza a migração juvenil apenas à “falta de interesse” pelo rural. A

o contrário, a decisão de permanecer ou sair precisa ser analisada como parte de um processo social mais amplo, no qual se cruzam expectativas de autonomia, reconhecimento, renda e mobilidade.

Nessa direção, a educação ocupa lugar central. Mais do que um direito social, ela se configura como mediação decisiva na construção dos projetos de vida dos jovens rurais. A escolarização amplia repertórios culturais, favorece o acesso a informações, qualifica a inserção produtiva e pode fortalecer a capacidade de decisão sobre o futuro.

Ao mesmo tempo, porém, quando a oferta educacional no campo é precária, descontínua ou dissociada das realidades locais, a própria experiência escolar pode contribuir para deslocar os projetos juvenis para fora do meio rural. Em outras palavras, a educação tanto pode fortalecer a permanência quanto acelerar processos de saída, a depender de suas condições concretas de oferta, qualidade e articulação com as necessidades dos territórios (Castro, 2017).

A literatura mostra, ainda, que a busca por escolarização não deve ser interpretada como negação automática da identidade rural. Em muitos casos, estudar representa uma estratégia de ampliação das capacidades individuais e de construção de melhores condições para permanecer no campo com maior autonomia, maior domínio técnico e maior participação nas decisões sobre a propriedade familiar.

Zago (2016), ao discutir a relação entre migração rural-urbana, juventude e ensino superior, evidencia que a saída para estudar integra projetos de mobilidade social que nem sempre significam ruptura definitiva com a origem rural.

De modo semelhante, pesquisas sobre permanência juvenil na agricultura familiar indicam que o acesso à qualificação técnica, ao conhecimento científico e à inovação pode favorecer formas renovadas de inserção profissional no meio rural, especialmente quando associado a políticas de crédito, assistência técnica, cooperativismo e diversificação produtiva.

Sob esse prisma, a escolha profissional dos jovens rurais é resultado de um conjunto articulado de fatores, e não de uma decisão puramente individual. Durston (1996) já assinalava, no contexto latino-americano, que a reprodução ocupacional no meio rural estava profundamente condicionada pelo acesso desigual à educação e pelas possibilidades objetivas de inserção no trabalho.

No Brasil, Silvestro et al. (2001) chamaram atenção para a persistência de uma lógica social segundo a qual estudar e permanecer na agricultura apareciam, muitas vezes, como trajetórias dissociadas. Pesquisas mais recentes, contudo, têm demonstrado que a decisão de continuar na atividade familiar depende também do grau de participação do jovem na gestão da propriedade, do acesso à renda própria, da possibilidade de inovação, do reconhecimento simbólico do trabalho agrícola e da construção de uma identidade positiva em relação ao ser agricultor.

Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2021), ao analisarem casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG, demonstram que os desafios à permanência dos jovens no meio rural estão associados a um conjunto de condicionantes que inclui renda, sucessão familiar, acesso a serviços, perspectivas de autonomia e valorização social da atividade agrícola.

Na mesma linha, Monteiro e Mujica (2022), ao estudarem a vitivinicultura familiar, argumentam que a continuidade na profissão dos pais não decorre apenas de fatores econômicos, mas também da constituição de uma identidade sociocultural vinculada ao trabalho, ao território, à memória familiar e ao pertencimento comunitário. Esses resultados são importantes porque deslocam a análise para além da oposição simplista entre “ficar” e “sair”, mostrando que a permanência juvenil depende tanto de condições materiais quanto de reconhecimento social e simbólico.

Além disso, a literatura aponta que as desigualdades educacionais e laborais vividas por jovens da agricultura familiar produzem experiências de subalternização que interferem diretamente na elaboração de seus projetos profissionais. Pereira e Marcoccia (2019), ao estudarem jovens da agricultura familiar no Paraná, evidenciam que trabalho precoce, restrições de escolarização e baixa valorização social das atividades rurais tendem a limitar o horizonte de possibilidades desses sujeitos.

Essa constatação é decisiva para a análise do êxodo juvenil, pois permite compreender que a saída do campo não pode ser lida apenas como escolha aspiracional, mas também como resposta a situações concretas de desigualdade, invisibilidade e restrição de oportunidades.

Ao mesmo tempo, convém reconhecer que a migração não se realiza, necessariamente, como ruptura total. Em diversos casos, o deslocamento para centros urbanos em busca de estudo ou trabalho pode coexistir com vínculos mantidos com a família, com a propriedade e com a comunidade de origem.

Essa circulação entre rural e urbano evidencia que os jovens constroem estratégias híbridas de pertencimento e inserção, articulando formação escolar, trabalho externo, ajuda familiar e expectativa de retorno. Nesse ponto, a literatura sobre juventude rural no Brasil tem contribuído para superar visões dicotômicas, mostrando que as trajetórias juvenis são cada vez mais marcadas por mobilidades, recomposições identitárias e rearranjos entre herança familiar e projetos individuais.

Diante desse quadro, a permanência dos jovens no campo depende menos de apelos moralizantes à continuidade familiar e mais da existência de condições concretas que tornem essa permanência socialmente desejável e economicamente viável. Isso envolve acesso à terra, renda, crédito, conectividade, assistência técnica, educação contextualizada, participação nas decisões familiares e reconhecimento social do trabalho rural.

Não por acaso, documentos recentes do poder público brasileiro recolocaram a juventude e a sucessão rural no centro da agenda, como mostram o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural lançado em 2024 e a Lei nº 15.178, de 2025, que institucionaliza essa política. Tais iniciativas reforçam a compreensão de que a permanência juvenil não será resultado exclusivo da vontade individual, mas da articulação entre políticas públicas, reorganização das relações familiares e valorização do rural como espaço legítimo de vida, trabalho e futuro.

Desse modo, a questão educacional e a escolha profissional configuram-se como eixos estruturantes para compreender os dilemas contemporâneos da juventude rural. A decisão de permanecer, migrar ou circular entre campo e cidade expressa a forma como esses jovens interpretam as oportunidades e os

limites inscritos em seus territórios, em suas trajetórias familiares e nas condições mais amplas da sociedade contemporânea.

Assim, discutir juventude rural exige não apenas examinar o destino ocupacional dos filhos de agricultores, mas compreender como se redefinem, no presente, os sentidos do trabalho, da escolarização, da autonomia e da sucessão no meio rural.

ficar ou sair? dilemas da permanência juvenil no meio rural

A decisão de permanecer no meio rural ou migrar para outros espaços constitui um dos dilemas centrais da juventude rural contemporânea. A busca por novas experiências pessoais, por mudanças na rotina e por condições de vida consideradas mais estáveis aparece, com frequência, como elemento motivador desse deslocamento, sobretudo em contextos marcados pela pobreza, pela instabilidade econômica e pela limitação de perspectivas de futuro.

Nessas circunstâncias, sair do campo não representa apenas um desejo de mudança, mas, muitas vezes, uma resposta concreta a situações de vulnerabilidade social, restrição de oportunidades e fragilidade das condições materiais de reprodução da vida.

Desse modo, a migração juvenil rural deve ser compreendida como um fenômeno complexo e multifacetado, impulsionado pela articulação de fatores econômicos, educacionais, familiares, profissionais, culturais e políticos. Não se trata, portanto, de uma escolha simples ou linear, mas de uma decisão frequentemente atravessada por tensões, perdas, expectativas e ambiguidades.

Para muitos jovens, deixar o espaço rural significa romper, ainda que parcialmente, com vínculos familiares, redes comunitárias e formas tradicionais de pertencimento; ao mesmo tempo, essa decisão se sustenta na expectativa de alcançar melhores oportunidades de estudo, trabalho, renda, autonomia e bem-estar.

Nessa direção, a reportagem analisada por Pitella (2018) contribui para explicitar a percepção, já bastante difundida na literatura, de que a juventude rural atual não se reconhece integralmente nos modelos tradicionais de continuidade familiar. Segundo a coordenadora do Programa de Agricultura

Familiar da Embrapa, Daniela Bittencourt, muitos jovens não desejam assumir um modo de vida e de trabalho por eles percebido como penoso, pouco atrativo e insuficientemente assistido por políticas públicas e tecnologias adequadas.

Tal avaliação é relevante porque evidencia que o problema da permanência juvenil não decorre apenas de uma suposta perda de compromisso com a vida rural, mas também da ausência de condições objetivas que tornem essa permanência desejável, viável e socialmente valorizada.

Sob esse aspecto, a incorporação de tecnologias compatíveis com as especificidades dos diferentes territórios rurais aparece como uma dimensão importante, mas não suficiente. O acesso a inovações técnicas pode reduzir a penosidade do trabalho, ampliar a produtividade e tornar determinadas atividades mais atrativas para as novas gerações. Todavia, quando essas tecnologias não chegam aos pequenos produtores, ou quando chegam de maneira descontextualizada em relação às necessidades locais, seus efeitos tendem a ser limitados.

A permanência dos jovens no campo exige, portanto, não apenas inovação técnica, mas também políticas integradas de apoio à agricultura familiar, à comercialização, à assistência técnica e ao fortalecimento das economias rurais.

A fala de Antônio Rovaris, então secretário de políticas agrícolas da Contag, reforça essa interpretação ao atribuir parte do problema à própria configuração das políticas educacionais voltadas às populações rurais. Segundo essa perspectiva, a concentração ou nucleação escolar tem retirado crianças e adolescentes de seus espaços cotidianos de aprendizagem, convivência e socialização com o trabalho familiar, deslocando-os precocemente para ambientes mais urbanizados e culturalmente distantes de sua realidade de origem. Esse processo tende a enfraquecer vínculos com o modo de vida rural e a intensificar a valorização de referências urbanas, contribuindo para que a permanência no campo seja percebida como menos promissora.

Nesse sentido, a questão educacional não pode ser analisada apenas como ampliação de acesso à escola, mas como disputa em torno do tipo de formação oferecida e de sua relação com os territórios de vida desses jovens.

Quando a educação rural se organiza de modo descolado das experiências locais, ela pode reforçar processos de desidentificação com o campo.

Em contrapartida, quando articulada à realidade social, cultural e produtiva das comunidades rurais, pode fortalecer pertencimentos, qualificar escolhas e ampliar as possibilidades de permanência com autonomia. Assim, o desafio não é simplesmente escolarizar a juventude rural, mas construir uma educação que não produza, de forma indireta, a negação do próprio rural como espaço legítimo de futuro.

Outra dimensão decisiva refere-se às condições concretas de trabalho e renda das famílias. O testemunho atribuído a trabalhadores da agricultura e da pecuária revela a centralidade de entraves estruturais que persistem no cotidiano rural: ausência de assistência técnica, dificuldades de produção e comercialização, insuficiência de excedentes econômicos e precariedade da infraestrutura, especialmente no que diz respeito ao transporte e ao acesso à escola. Em contextos assim, a permanência dos jovens tende a ser comprometida não apenas pela dureza do trabalho, mas pela percepção de que o esforço investido no campo não se converte em reconhecimento, autonomia financeira ou melhoria efetiva das condições de vida.

Essa constatação é fundamental para compreender por que, em muitos casos, o projeto de vida juvenil se afasta da reprodução direta do trabalho dos pais. Não se trata necessariamente de rejeição à família, à terra ou à identidade rural, mas de um reposicionamento diante de um modo de vida frequentemente associado à sobrecarga, à baixa remuneração e à incerteza.

Quando o meio rural não oferece condições mínimas de realização material e simbólica, os jovens tendem a elaborar outros horizontes de permanência, vinculados a trajetórias profissionais externas ao campo ou a formas híbridas de inserção entre o rural e o urbano.

É nesse ponto que a reflexão de Costa (2006) se torna especialmente importante. Ao discutir a sucessão familiar na agricultura, o autor chama atenção para o risco de comprometimento da continuidade produtiva quando os jovens deixam de se reconhecer como sucessores potenciais. A ausência ou o afastamento dos filhos enfraquece a renovação geracional e amplia as incertezas em torno da reprodução da agricultura familiar. Além disso,

Costa (2006), ressalta outro aspecto relevante: a redução do número de filhos nas unidades familiares rurais nas últimas décadas. Tal transformação demográfica altera profundamente a base social da sucessão, pois, além de haver menos jovens disponíveis, há também menos possibilidade de distribuição interna das tarefas e menos margem para que algum descendente assuma a continuidade do estabelecimento familiar.

Esse quadro diferencia significativamente a experiência atual daquela vivida por gerações anteriores. Em contextos passados, a permanência no campo estava mais estreitamente ligada à sobrevivência familiar, ao dever moral e à naturalização da continuidade ocupacional. No presente, entretanto, como observa Mello (2003), a sucessão deixa de ser percebida como destino quase obrigatório e passa a ser tratada como uma possibilidade entre outras.

Os jovens tendem a avaliar com maior amplitude suas alternativas, considerando condições econômicas, localização, oportunidades educacionais, perspectivas profissionais e qualidade de vida antes de decidir entre migrar, permanecer ou construir trajetórias intermediárias.

Desse modo, a pergunta “ficar ou sair?” não pode ser respondida em termos binários ou simplificadores. Entre a permanência plena e a saída definitiva, existem múltiplas formas de circulação, vinculação e reinvenção das trajetórias juvenis. Muitos jovens deixam o campo para estudar ou trabalhar, mas mantêm vínculos afetivos, familiares e, por vezes, produtivos com o lugar de origem.

Outros desejam permanecer, mas encontram obstáculos estruturais que dificultam essa escolha. Há ainda aqueles que projetam retornar futuramente, desde que existam condições mais favoráveis de trabalho, renda, infraestrutura e reconhecimento. Em todos esses casos, a decisão não é apenas individual: ela é produzida no interior de relações sociais, condições territoriais e políticas públicas que ampliam ou restringem as possibilidades efetivas de escolha.

Assim, a permanência juvenil no meio rural depende menos de apelos normativos à continuidade familiar e mais da construção de condições concretas que tornem o campo um espaço viável de vida, trabalho e futuro. Isso implica enfrentar problemas históricos da agricultura familiar, ampliar políticas de educação contextualizada, fortalecer a assistência técnica, garantir acesso à

renda, apoiar a comercialização e reconhecer os jovens como sujeitos estratégicos da renovação rural. Sem esse conjunto de mediações, a migração tende a continuar aparecendo, para grande parte da juventude rural, não como mero desejo de sair, mas como alternativa racional diante das restrições vividas no presente.

OS JOVENS RURAIS E AS RESPOSTAS ÀS COBRANÇAS SOCIAIS

A agricultura familiar praticada em pequenas propriedades tem papel central na produção de alimentos, na reprodução social das famílias e na manutenção de formas específicas de vida no campo. Em muitos casos, sua sustentação depende da diversificação produtiva, da combinação de diferentes atividades ao longo do ano e do intenso envolvimento do trabalho familiar.

Como observam Wanderley (2007) e Carneiro (2007), essa diversificação não decorre apenas de uma escolha técnica, mas de uma estratégia de sobrevivência diante da instabilidade dos mercados, da vulnerabilidade econômica e da necessidade de garantir renda, consumo familiar, estudo dos filhos e proteção contra eventuais perdas. Nesse sentido, a pequena propriedade se organiza como espaço de resistência, mas também de forte exigência laboral, no qual a multiplicidade de tarefas se torna condição para a manutenção da família no meio rural.

Contudo, aquilo que, para os pais, representa estratégia de reprodução social, para muitos jovens passa a ser percebido como sobrecarga, continuidade extenuante do trabalho e limitação da autonomia pessoal. O cotidiano do trabalho rural familiar, especialmente quando marcado por baixa mecanização, reduzida renda monetária e ausência de separação nítida entre tempo de trabalho e tempo de descanso, tende a ser interpretado por parte da juventude como um modo de vida penoso, pouco previsível e restritivo.

Nessa direção, Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2021) mostram que a permanência do jovem no meio rural depende não apenas da existência da propriedade familiar, mas também de condições concretas de renda, sucessão, valorização social do trabalho agrícola e possibilidade de projeção de futuro.

Assim, a questão não é simplesmente gostar ou não do rural, mas reconhecer nesse espaço condições efetivas de realização material e simbólica.

É nesse contexto que se intensificam as chamadas cobranças sociais, frequentemente condensadas em enunciados como “é preciso estudar para ser alguém na vida”. Tal formulação, longe de ser neutra, expressa uma hierarquia social que associa escolarização, trabalho assalariado e mobilidade ascendente a trajetórias socialmente mais valorizadas, muitas vezes identificadas com o urbano.

Zago (2016), ao analisar as relações entre transformações sociais no campo, juventude e ensino superior, demonstra que a busca por escolarização superior integra projetos de mobilidade social e redefine os destinos socioprofissionais de jovens de origem rural. A educação, nesse caso, passa a ser vista não apenas como direito, mas como meio de ampliação de horizontes, acesso a outras ocupações e construção de reconhecimento social fora das fronteiras tradicionais da agricultura familiar.

Entretanto, a relação entre juventude rural e educação não deve ser interpretada de forma simplista, como se estudar implicasse necessariamente negar o campo. A perspectiva da Educação do Campo, conforme argumenta Caldart (2009), propõe justamente pensar a formação escolar em diálogo com os sujeitos, os territórios e os modos de vida rurais, superando modelos educacionais que historicamente desqualificaram o campo como espaço de produção de conhecimento e de futuro. Sob essa ótica, o problema não está no acesso à educação em si, mas no tipo de escolarização ofertada e em sua capacidade — ou incapacidade — de dialogar com os projetos de vida dos jovens rurais. Quando a escola se apresenta dissociada da realidade local, ela pode reforçar processos de distanciamento em relação ao campo; quando territorialmente situada, pode fortalecer pertencimento, autonomia e permanência qualificada.

Além disso, a literatura tem mostrado que o afastamento dos jovens das atividades agrícolas não decorre apenas da ampliação da escolarização, mas também de mudanças nos processos de socialização e de transmissão dos saberes familiares. Anjos e Caldas (2009) já chamavam atenção para o

enfraquecimento de formas tradicionais de aprendizagem intergeracional no interior da agricultura familiar.

Em paralelo, Del Grossi e Silva (2002) assinalam que a modernização produtiva alterou o lugar do trabalho familiar e reconfigurou a participação dos filhos nas atividades da propriedade. Em vez de uma continuidade “natural” entre pais e filhos, o que se observa é uma situação na qual a sucessão depende cada vez mais de negociação, reconhecimento e oportunidade. Troian e Breitenbach (2018), ao revisarem os estudos rurais brasileiros sobre juventude, reforçam que os jovens do campo devem ser compreendidos como sujeitos heterogêneos, cujas trajetórias são atravessadas por gênero, escolarização, inserção produtiva, território e expectativas de autonomia.

Nesse quadro, a migração passa a aparecer menos como simples recusa da vida rural e mais como resposta estratégica às limitações vividas no presente. Pereira e Marcoccia (2019), ao estudarem jovens da agricultura familiar no Paraná, evidenciam que situações de subalternização no trabalho e na educação limitam o horizonte de possibilidades desses sujeitos e interferem na elaboração de seus projetos de vida.

De forma semelhante, Marin (2020), ao analisar o Pronaf Jovem, identifica um descompasso entre a idealização normativa das políticas voltadas à juventude rural e as experiências efetivamente vividas pelos jovens. Tais estudos sugerem que a permanência no campo não depende apenas do discurso sobre sucessão, mas da oferta concreta de condições de acesso à renda, crédito, formação, participação nas decisões familiares e reconhecimento do jovem como sujeito legítimo da unidade produtiva.

A discussão também precisa considerar a dimensão de gênero. As trajetórias das jovens mulheres rurais revelam que as desigualdades no interior da família e da propriedade incidem diretamente sobre as possibilidades de permanência e sucessão. Breitenbach (2024) mostra que, mesmo quando desejam permanecer no campo ou assumir a continuidade das atividades familiares, as jovens mulheres frequentemente encontram ambientes familiares menos favoráveis, recebem menos oportunidades e enfrentam maior dificuldade de reconhecimento como sucessoras.

Esse aspecto ajuda a compreender por que determinados espaços rurais seguem marcados por envelhecimento e masculinização, fenômenos já apontados por Abramovay e Camarano (1999) e reiterados em estudos recentes sobre sucessão rural.

Por outro lado, a saída do campo não elimina, necessariamente, o pertencimento rural. Há jovens que estudam ou trabalham em espaços urbanos e mantêm vínculos afetivos, familiares e produtivos com o lugar de origem. Carneiro (2011) já indicava a existência de trajetórias híbridas, nas quais cidade e campo não se opõem de forma absoluta, mas se articulam em arranjos cotidianos de circulação, trabalho e convivência familiar.

Jurado e Tobasura (2012), ao analisarem a juventude em territórios rurais colombianos, também destacam que o rural pode continuar sendo percebido como espaço de tranquilidade, pertencimento e referência identitária, mesmo quando os projetos profissionais se deslocam para fora dele. Assim, a decisão de migrar não corresponde, necessariamente, ao rompimento com a ruralidade, mas à tentativa de negociar pertencimento e mobilidade em um contexto de transformações sociais mais amplas.

Dessa forma, as respostas dos jovens rurais às cobranças sociais contemporâneas não podem ser reduzidas à oposição simplista entre “ficar” e “sair”. O que se observa é a construção de estratégias diversas de inserção social, nas quais escolarização, trabalho, renda, reconhecimento, autonomia e vínculos territoriais se combinam de modos distintos.

Como argumenta Durston (1997), a juventude rural latino-americana elabora projetos a partir de campos múltiplos de possibilidade, articulando imaginação, experiência e leitura das condições concretas de vida. Em contextos marcados por precariedade, migrar pode significar não um erro ou um abandono moral do campo, mas uma estratégia racional de sobrevivência, ascensão social ou libertação frente a condições percebidas como limitadoras (Menezes, 2009).

O desafio analítico, portanto, consiste em compreender que a permanência juvenil no meio rural só se torna socialmente plausível quando acompanhada de condições estruturais que permitam aos jovens viver o campo não como imposição, mas como escolha legítima e valorizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste artigo permitem compreender que a permanência ou a saída dos jovens do meio rural não pode ser explicada por uma lógica simplificadora, nem reduzida a uma suposta rejeição ao campo ou à agricultura familiar. Trata-se, antes, de um processo social complexo, atravessado por transformações econômicas, educacionais, culturais e familiares que redefinem os modos de vida no rural contemporâneo.

Nesse contexto, a diluição das fronteiras entre rural e urbano amplia os repertórios de experiência, de sociabilidade e de aspiração juvenil, fazendo com que os jovens passem a elaborar seus projetos de vida a partir de referências mais amplas do que aquelas tradicionalmente vinculadas à continuidade ocupacional da família.

A análise também evidencia que a modernização do campo, embora tenha introduzido novas possibilidades técnicas e produtivas, não foi suficiente para assegurar, por si só, a permanência das novas gerações. Em muitos casos, as limitações estruturais persistem, especialmente no que se refere ao acesso à renda, à assistência técnica, à valorização do trabalho rural, à autonomia juvenil e às condições objetivas de sucessão familiar.

Dessa forma, o dilema entre ficar ou sair não se resolve no plano da vontade individual, mas no interior de condições concretas que podem ampliar ou restringir as possibilidades de escolha. Quando o meio rural não oferece perspectivas consistentes de realização material, reconhecimento social e qualidade de vida, a migração passa a se apresentar como estratégia legítima de mobilidade, recomposição identitária e busca por novos horizontes.

Nesse cenário, a educação assume centralidade. Mais do que um direito social, ela aparece como mediação decisiva na construção dos projetos de vida da juventude rural. A busca por escolarização e qualificação profissional expressa o desejo de ampliação de oportunidades, de conquista de autonomia e de inserção em espaços socialmente valorizados. Tal movimento, contudo, não deve ser interpretado como negação automática da ruralidade.

Ao contrário, o problema reside menos no acesso à educação e mais na forma como ela é socialmente significada e institucionalmente ofertada. Quando

dissociada da realidade dos territórios rurais, a escolarização pode reforçar o distanciamento em relação ao campo; quando articulada às experiências, aos saberes e às necessidades dos sujeitos do campo, pode se constituir em instrumento de fortalecimento da permanência qualificada, da autonomia e da emancipação humana, como sugere Gramsci (2008).

Também se torna evidente que as chamadas cobranças sociais exercem forte influência sobre a juventude rural. A associação recorrente entre estudo, trabalho urbano e ascensão social tende a produzir uma hierarquia simbólica na qual o campo aparece, muitas vezes, como espaço de atraso, limitação ou sacrifício. Diante disso, muitos jovens passam a perceber a migração não como abandono de suas origens, mas como resposta estratégica às restrições vividas no presente e às expectativas de reconhecimento construídas socialmente.

Ainda assim, a literatura discutida demonstra que o vínculo com o rural não desaparece de modo absoluto: em numerosos casos, persistem sentimentos de pertencimento, laços familiares e projetos de retorno ou de articulação entre campo e cidade, revelando que as trajetórias juvenis contemporâneas são marcadas menos pela ruptura definitiva e mais por formas híbridas de inserção e circulação.

Assim, conclui-se que a questão da juventude rural exige ser pensada para além do problema migratório em sentido estrito. O que está em jogo é a própria capacidade de reprodução social, econômica e cultural do meio rural, especialmente no âmbito da agricultura familiar.

A continuidade geracional não poderá ser sustentada apenas por apelos morais à sucessão, mas dependerá da construção de condições efetivas que tornem o campo um espaço viável, digno e socialmente reconhecido de vida, trabalho e futuro. Isso implica fortalecer políticas públicas voltadas à juventude rural, à educação contextualizada, ao acesso à renda, à assistência técnica, à inovação produtiva e à ampliação da participação juvenil nas decisões familiares e comunitárias.

Assim, o estudo permite afirmar que a migração juvenil rural deve ser compreendida como expressão das tensões da contemporaneidade e das desigualdades ainda presentes nos territórios rurais. Ao mesmo tempo, evidencia que a permanência no campo continua possível, desde que ancorada

em condições materiais, simbólicas e institucionais capazes de transformar o rural em espaço de pertencimento, autonomia e realização. Mais do que decidir entre ficar ou sair, os jovens rurais buscam, em última instância, o direito de construir trajetórias de vida que articulem dignidade, reconhecimento e possibilidade real de futuro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio (org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 189-215.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. *Lei nº 15.178, de 23 de julho de 2025*. Institui a Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Brasília, DF, 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. *Jovens do campo ganham protagonismo com lançamento do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural*. Brasília, DF, 2024.

BREITENBACH, Raquel. Jovens mulheres rurais estudantes das ciências agrárias: não querem ou não têm oportunidade de serem sucessoras? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 62, n. 1, e262212, 2024.

CALDART, Roseli Salet. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. 2011.

CARNEIRO, Maria José. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017.

COSTA, M. R. C. *Agricultura familiar e sucessão hereditária: estudo de caso no município de Morro Redondo, RS*. 2006. Dissertação (Mestrado em Agronomia)

– Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da. *Novo rural: uma abordagem ilustrada*. Londrina: IAPAR, 2002.

DURSTON, John (org.). *Juventud rural: modernidad y democracia en América Latina*. Santiago: CEPAL, 1996.

DURSTON, John. A juventude rural excluída da América Latina: reduzindo a invisibilidade. Trabalho apresentado no Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), 1997.

GRAMSCI, A. Excerto do caderno 12: para a história dos intelectuais. In: NOSELLA, Paolo. *Antonio Gramsci para os educadores: antologia organizada por Paolo Nosella*. São Paulo: UNINOVE; UFSCar, 2008.

INÃ, Cândido. *O dilema dos jovens rurais: ficar ou sair do campo*. Marabá, PA: Recanto das Letras, 2018.

JURADO, Carlos; TOBASURA, Isaías. Dilema de la juventud en territorios rurales de Colombia: ¿campo o ciudad? *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 2012.

LIMA, Suzana Maria Valle; VIEIRA, Luis Fernando; CASTRO, Antônio Maria Gomes de; SARMENTO, Eduardo Paulo de Moraes. *Juventude rural e as políticas e programas de acesso à terra no Brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem rural*. Brasília, DF: MDA/NEAD, 2013.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 58, n. 2, e187438, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Juventude no campo: o futuro da agricultura familiar no Brasil. *Notícias*, Brasília, DF, 12 ago. 2024. Disponível em: <www.gov.br/mda/pt-br/na...>. Acesso em: 6 fev. 2026.

MELO, M. A. et al. *Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar*. São Paulo, 2003.

MENDONÇA, K. F. C. et al. Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do Alto Jequitinhonha, MG. In: ABEP. 2008.

MENEZES, Marilda Aparecida de; SILVA, Maria de Souza. Uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). *Diversidade do campesinato e categorias, estratégias de reprodução*. v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

MONTEIRO, Rodrigo; MUJICA, Franklin Peña. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 60, n. esp., e235637, 2022.

TV BRASIL. *Políticas públicas buscam manter população jovem nas regiões rurais*. Entrevista com Luiza Dulci, assessora de juventude do Ministério do Desenvolvimento Agrário. 3 mar. 2016.

OLIVEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VASCONCELOS, Andrea Costa van Herk. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n. 2, e222727, 2021.

PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Lisboa: Âmbar, 2005.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; MARCOCCIA, Patrícia Correia de Paula. Subalternização no trabalho e na educação de jovens da agricultura familiar no Primeiro e Segundo Planalto do município da Lapa/Paraná: possibilidades de superação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, 2019.

PITELLA JR., J. Censo aponta dificuldades em manter jovens no campo, como obstáculo ao crescimento da agricultura familiar. *Notícia*, 24 maio 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/538951-censo-aponta-dificuldades-em....> Acesso em: 24 nov. 2025.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N.; RAMOS, M. P. *Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo*. Code, 2011.

RANKINGS, Scimago Institutions. Por que ir à escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio. *Educação & Realidade*, 2015. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 21 fev. 2026.

RENDIN, E. O futuro incerto do jovem rural. *Intensa*, Pombal, PB, v. 8, n. 1, 2014.

SALES, R. Pesquisa sobre perfil dos jovens rurais aponta maior grau de estudos e permanência no campo. *Notícias – Governo do Piauí*, 25 out. 2025. Disponível em: <www.pi.gov.br/pesquisasobreperfil...>. Acesso em: 21 fev. 2026.

SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? *Revista Espaço Acadêmico*, 2014.

SCHNEIDER, S.; SILVA, C. B. de C. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Vanda. Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 22, n. 57, p. 97-115, ago. 2002.

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio Antonio de; DORIGON, Clovis; BALDISSERA, Ivan. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: NEAD/MDA, 2001.

SPANEVERELLO, R. M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. *Interações*, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 789-802, 2018.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEDIG, J. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; RAMBO, A. G. A juventude rural e a sucessão hereditária em um assentamento de reforma agrária. 2007.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 61-78, jan./mar. 2016.

ZÓTIS, T. S. *Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, município de Camargo-RS*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnológico em Planejamento e Gestão para Desenvolvimento Rural) – PLAGEDER, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.